



AS LUTAS INDÍGENAS PELO DIREITO À TERRA E PELO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA: Uma análise a partir das cartas públicas dos povos indígenas em situação de conflito

INDIGENOUS STRUGGLE FOR THE RIGHT TO EARTH AND FOR TERRITORY IN AMAZON: An analysis based on public letters from indigenous peoples in conflict situations

Clara Maria Ribeiro Consort Fortunato

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense
clarafortunato@id.uff.br

Resumo

A proposta deste artigo é apresentar os resultados de pesquisa realizada enquanto trabalho de Conclusão de Curso na obtenção da graduação em Geografia a partir da coleta, seleção e análise de cartas públicas dos povos indígenas em situação de conflito produzidas no período de 2007-2013 na região da Amazônia Legal. Nosso objetivo é identificar e analisar, de que maneira, os repertórios de luta e resistência indígenas na Amazônia podem ser expressos por meio das cartas públicas direcionadas, principalmente, às autoridades institucionais e governamentais. Temos a pretensão de analisar qual a relação entre os distintos contextos de conflitos sociais expressos nesses documentos; as estratégias construídas e o conjunto de articulações feitas pelas demandas indígenas para a produção de uma política de escalas a partir da circulação das cartas. Estamos interessados em compreender de que maneira as cartas expressam a afirmação de territorialidades e valoração de identidades indígenas bem como os processos de articulação e consolidação de alianças entre grupos étnicos distintos na busca por reconhecimentos, garantias e efetividades de direitos. Buscamos a partir desta pesquisa aprofundar a compreensão do campo das lutas indígenas, ressaltar outras formas de relação com a natureza, outras concepções de desenvolvimento e expectativas de futuro.

Palavras chave: Amazônia. Territorialidades Indígenas. Conflito Socioambiental. Cartas Indígenas

Abstract

The purpose of this article is to present results of the research done as a final course assignment in getting graduated in Geography from the collection, selection and analysis of public letters from the indigenous people in conflict situation written in 2007-2013 in the Legal Amazon region. Our goal is to identify and analyse in which way the indigenous fight and resistance repertorys in the Amazon can be expressed by the public letters directed, mainly, to the institutional and governmental authorities. We pretend to analyze what is the relation between the distinct contexts of social conflicts expressed in these documents; the built strategies and the articulation set done by

indigenous demands for the production of a scale policy based on the circulation of these letters. We are interested in understanding which way the letters express the affirmation of territoriality and valuation of indigenous identities as well as the processes of articulation and consolidation of alliances between distinct ethnic groups in search for recognition, guarantees and effectiveness rights. We seek from this research deepen understanding the indigenous fights, stand out another ways to relate with nature, other conceptions of development and future expectations.

Keywords: Amazon. Indigenous Territoriality. Socioenvironmental Conflict. Indigenous Letters.

Introdução

A condição atual da população indígena na Amazônia reflete uma disputa histórica por modelos de ser e estar no mundo. A reivindicação pelo direito ao território indígena representa a luta por territorialidades múltiplas que garantam o usufruto exclusivo da terra e as condições necessárias para a vida.

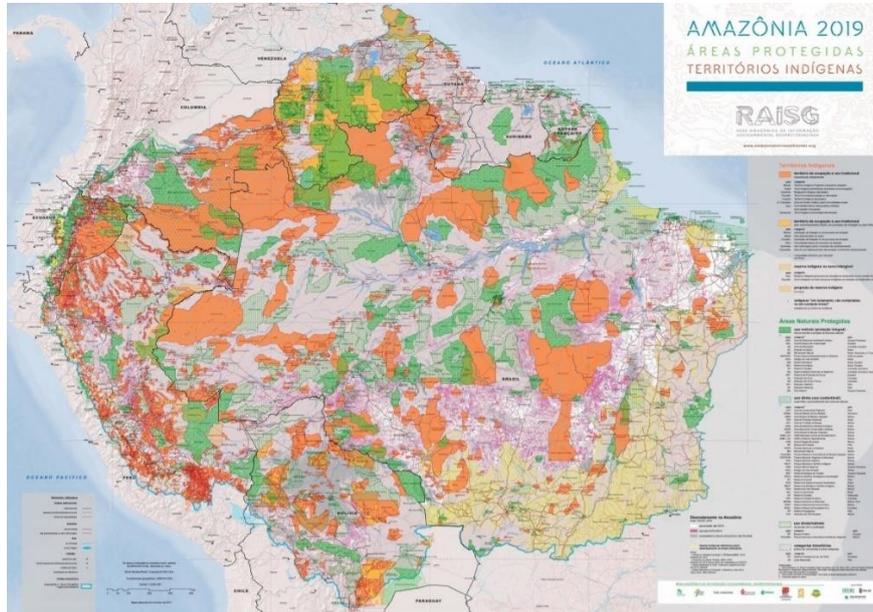
Segundo dados do Censo IBGE 2010 os povos indígenas somam 896.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país. De acordo com pesquisas do Instituto Socioambiental (ISA, 2019) existem 255 povos indígenas no Brasil, falantes de mais de 150 línguas. Ainda segundo o ISA existem 722 Terras Indígenas (TIs) no país que se encontram em diferentes fases do procedimento demarcatório e representam 13,8% do território brasileiro.

O processo de efetivação do direito territorial indígena garantido constitucionalmente vem sendo realizado por etapas de forma extremamente burocrática e lenta. Essa situação jurídico-administrativa é uma prática estratégica do poder público, que atua em conjunto com as grandes instituições, de fragilizar e deslegitimar a situação territorial indígena de forma que os interesses exploratórios possam atuar nessas áreas.

A Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão) concentra a maior parte das Terras Indígenas (TIs): são 424 áreas, representando 23% do território amazônico e 98,25% da extensão de todas as TIs do país. O mapa abaixo sobre Terras Indígenas e Áreas Protegidas na Amazônia, produzido neste ano pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada, ilustra a localização das Terras Indígenas (em laranja) e a sua estreita relação com as Áreas Naturais Protegidas (em verde),

demonstrando a importância dos territórios indígenas para a conservação ambiental na Amazônia.

Figura 1: Mapa Áreas Protegidas e Territórios Indígenas – Amazônia 2019



(Fonte: Rede Amazônica de Informação Georreferenciada, 2019).

A abundância de recursos naturais disponíveis na Amazônia brasileira, principalmente nas terras historicamente preservadas pelos povos indígenas, torna os territórios indígenas alvo de grandes projetos extrativistas como hidrelétricas, mineradoras, agropecuária, madeireiras, biopirataria, biocombustíveis, hidrocarbonetos, etc. Os grandes projetos adentram a racionalidade capitalista pela Amazônia formando a situação de front uma vez que produzem o conflito ao não respeitar os territórios indígenas e as leis que deveriam lhes proteger. Nas palavras de Malheiro (2015, p.4) “a fronteira é o front, é onde se disputam territórios, é onde se (des)encontram identidades, é onde o conflito permeia o conjunto das relações sociais.”

No mapa abaixo sobre “Presiones y Amenazas sobre las Áreas Protegidas y los Territorios Indigenas de la Amazonía” produzido pela Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada em 2018, conseguimos visualizar diferentes níveis de pressões e ameaças produzidos por hidrelétricas, mineradoras, petróleo e gás, estradas, queimadas e desmatamentos que sobrepõem os territórios indígenas e áreas protegidas. A escala de pressões e ameaças está representada pelas cores cinza, verde, marrom,

uma fronteira civilizatória, que contrapõe política, econômica, cultural e simbolicamente os múltiplos modos de vida presentes na Amazônia. Segundo Little (2002):

[...] A história das fronteiras em expansão no Brasil é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí. Nesta dinâmica, podemos identificar as origens do que Oliveira (1998) chama de “processos de territorialização” que surgem em “contextos intersocietários” de conflito. Nesses contextos, a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais. (LITTLE, 2002, p.4)

No caso da Amazônia, a fronteira é uma maneira de apresentar a “civilização” para uma área considerada “insuficientemente ocupada”. Essa concepção de “espaço vazio”, pautada numa lógica de integração e desenvolvimento nacional, ignora e desestrutura os territórios de grupos não hegemônicos situados em escalas locais. Dessa forma o território Amazônico, do ponto de vista dos atores hegemônicos, é percebido a partir de um olhar econômico- funcional que marginaliza os grupos não hegemônicos e legitima a intervenção violenta e a desorganização de seus territórios.

Para Svampa (2013) nos últimos dez anos ocorreu na América Latina uma mudança no modelo de acumulação: a passagem do Consenso de Washington baseado na valorização financeira para o Consenso das Commodities baseado na exportação de produtos primários em larga escala. Esta passagem, sob o ponto de vista de Svampa (2013), apresenta a entrada de uma nova ordem econômica e política, sustentada pelo boom dos preços de matérias primas e bens de consumo demandados cada vez mais pelos países centrais e potências emergentes. O resultado desses processos é a consolidação de um estilo de desenvolvimento extrativista na América Latina, estruturado sobretudo, a partir dos grandes projetos de exploração de recursos naturais bem como na expansão das fronteiras para os territórios considerados “improdutivos”.

Segundo Svampa (2013):

[...]el nuevo «Consenso de los Commodities» conlleva la profundización de la dinámica de desposesión o despojo de tierras, recursos y territorios y produce nuevas y peligrosas formas de dependencia y dominación. Entre los elementos comunes de esta

dinámica podemos destacar la gran escala de los emprendimientos, la tendencia a la monoproducción o la escasa diversificación económica y una lógica de ocupación de los territorios claramente destructiva. En efecto, en función de una mirada productivista y eficientista del desarrollo, se alienta la descalificación de otras lógicas de valorización de los territorios, los cuales son considerados como socialmente vaciables, o lisa y llanamente como «áreas de sacrificio», en aras del progreso selectivo. (SVAMPA, 2013, p.34)

A valorização financeira do mercado de commodities promoveu, ao longo do novo milênio, um alinhamento político e econômico crescente dos projetos de governo brasileiros com as grandes corporações extrativistas, principalmente agrícolas e minerais, promovidas por um discurso desenvolvimentista e viabilizadas a partir do investimento em um complexo infra estrutural energético e logístico, fundamentado na ampliação da capacidade de escoação da produção e no fornecimento de energia elétrica a partir de hidrelétricas. Estes processos desencadearam um aprofundamento da territorialização do capital nos territórios indígenas, sobretudo a partir do não cumprimento dos direitos originários estabelecidos pela Constituição de 1988 e pela Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.

Segundo Malheiro (2015, p.59) os grandes projetos se apoiam na lógica do empreendimento a qualquer custo, onde a racionalidade hegemônica se utiliza do “discurso do inevitável” para garantir e legitimar grandes obras. É criada toda uma rede de estratégias para garantir a resignação daqueles que representam um entrave à realização do projeto. O descumprimento dos direitos indígenas a favor de interesses institucionais é realizado a partir da violência, onde o extermínio das populações indígenas, muitas vezes, é a solução encontrada pela racionalidade hegemônica para a concretização de seus objetivos. Dessa forma, a vida, a saúde, a educação, a pluralidade de culturas, de línguas e de cosmovisões tradicionais são colocadas como questões irrelevantes, de modo que os direitos tradicionais são desrespeitados e ignorados, sob o uso da violência, para garantir que a lógica empresarial atue na Amazônia.

Este artigo é um resumo da pesquisa apresentada como trabalho de conclusão de curso intitulada “As lutas indígenas pelo direito à terra e pelo território na Amazônia: uma análise a partir das cartas públicas dos povos indígenas em situação de conflito”, no qual, foram selecionadas e analisadas dezessete cartas públicas dos povos indígenas em situação de conflito na Amazônia Legal redigidas no período de 2007-2013.

As cartas públicas se tornaram importantes fontes de indignação, redigidas principalmente a partir de encontros entre comunidades tradicionais e povos indígenas que resistem ao modelo hegemônico capitalista e buscam formas de expressarem suas existências e resistências. A formalização de queixas e reivindicações através da produção de cartas representa na luta dos povos indígenas um importante instrumento político. A partir das cartas os povos indígenas expressam suas demandas, insatisfações, agendas, lutas e culturas. O formato e linguagem presentes nesses documentos expressam um caráter formalizado que visa alcançar, principalmente, os representantes das instituições públicas e do Estado. Simbolicamente as cartas, dentro do contexto da luta dos povos indígenas, ilustram um encontro entre mundos e cosmologias distintas e representam o contato entre as populações tradicionais e o meio envolvente, transversalizado pelo direito. Há um recorte jurídico evidenciado nas cartas exposto a partir da conscientização do indígena enquanto sujeito de direitos, garantidos constitucionalmente e protegidos por diversos acordos e leis internacionais.

A proposta desta pesquisa foi, a partir da coleta, seleção e análise de conteúdo das cartas públicas dos povos indígenas em situação de conflito produzidas no período de 2007-2013 na região da Amazônia Legal, identificar de que maneira os repertórios de luta e existência indígenas estão sendo expressos. A partir da leitura dos padrões de conflitividade expressos pelas cartas indígenas da Amazônia, tivemos a intenção de contextualizar as mudanças de eixo dos conflitos da terra ao território, expressa a partir da diversificação étnica das territorialidades em resistência em um contexto de diversificação étnica das lutas sociais. Nosso interesse é aprofundar a compreensão das cartas enquanto repertórios de resistências indígenas estratégicos de afirmação de territorialidades e valoração de identidades étnicas na busca por reconhecimentos, garantias e efetividades de direitos.

O recorte regional da pesquisa é a Amazônia Legal por representar o maior número de Terras Indígenas e, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (Conflitos no Campo, 2013 p.18-21), o maior número de vítimas de conflitos em terras tradicionalmente ocupadas. Os repertórios de lutas e resistências indígenas foram selecionados enquanto objeto de estudo devido às suas expressividades no campo de conflitos territoriais na Amazônia e também pelo elevado número de publicações e informações disponíveis sobre o assunto.

Decidimos proceder a análise das cartas dos povos indígenas e movimentos sociais, cujo elemento central é a luta por direitos territoriais, como forma de questionar e problematizar o modelo de desenvolvimento neoliberal e seus mecanismos de desregulamentação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. As cartas foram escolhidas como objeto de análise pois oferecem a possibilidade de compreensão das demandas e agendas de resistências indígenas a partir de seus próprios referenciais e discursos.

As Cartas Indígenas: conflitos territoriais e o encontro de demandas

O universo selecionado para pesquisa contém dezessete cartas representando diversos povos indígenas e abrangendo os estados brasileiros que compõe a Amazônia Legal (Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Acre e Amapá). (Figura 3)

As cartas selecionadas (Figura 3), em sua maioria, são escritas por organizações, movimentos e comunidades indígenas e abrangem múltiplas etnias. Muitas vezes as cartas são estruturadas em conjunto com outras organizações e movimentos sociais que se inserem no mesmo contexto de luta contra a destruição dos povos e da natureza promovida pelos impactos dos grandes projetos desenvolvimentistas e pelo reconhecimento e garantia dos direitos e territórios dos povos e comunidades tradicionais.

Figura 3: Quadro Cartas Indígenas selecionadas: Título, Estado, Ano e Etnias/Organizações envolvidas.¹

Cartas	Título	Estado	Ano	Etnias/Organizações
1	Carta aberta dos Yanomami da Venezuela e do Brasil	Puerto Ayacucho, Amazonas	2013	Horonami Organização Yanomami e Hutakara Associação Yanomami
2	Carta do Comitê Xingu Vivo aos participantes da V conferência distrital de saúde indígena do DSEI GUATOC	Belém, Pará	2013	Juruna, Arara, Xikrin, Parakanã, Asurini do Xingu, Kayapo, Xipaia, Curuaia, Arawete
3	Carta Avançada dos Povos Indígenas do Rio Negro	Amazonas	2012	FOIRN-Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro -23 grupos étnicos diferentes, representantes das famílias linguísticas Tukano, Aruak, Maku e Yanomami,
4	Carta dos povos indígenas de Roraima sobre a hidrelétrica do Contigo	Boa Vista, Roraima	2011	Macuxi, Ingarikó, Wapichana, Taurepang, Yanomami, Yekuana, Wai-Wai e Waimiri- Atroari
5	Carta pública dos povos indígenas do Brasil à presidência da república Dilma Rousseff	Brasília	2013	APIB-Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
6	Carta Final: 41 Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima	Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima	2012	Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Wai-Wai, Yanomami, Patamona, Sapará, Taurepang
7	Carta dos povos indígenas do rio negro para o presidente Luís Inácio Lula da Silva	São Gabriel da Cachoeira, Amazonas	2007	FOIRN-Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
8	Carta Xingu Vivo para Sempre	Altamira, Pará	2008	Kayapó, Xikrin, Parakanã, Akrätikatejê, Parkatejê, Munduruku, Araweté, Kuruwaia, Xipaia, Asurini, terra Alta, Panará, Juruna, Tembê, Kayabi, Yudja, Kuikuro, Nafukua, Kamaiurá, Kalapalo, Waurá, Trumai, Xavante, Ikpeng, Apinayé, Krahô
9	Carta dos povos indígenas ao presidente Lula contra Belo Monte	Aldeia Piaraçu, Mato Grosso	2009	Mebengôkre (Kayapó), Xavante, Yudjá (Juruna), Kawaiwete (kaiabi), KisêdjÇe (Suiá), Kamaiurá, Kuikuro, Ikpeng, Panará, Nafukua, Tapayuna, Yawalapiti, Waurá, Mehinaku e Trumai
10	Carta dos povos indígenas	Cuiabá, Mato Grosso	2011	Kayabi. Nambikwara Sabanê Manoki, Myky, Xavantede Marãiwatsédé, Zoró, Surui Karajá, Ikpeng, Kisêdjê, Yawalapiti, Paumari do Tapauá, Rikbaktsa
11	Carta Projetos Desenvolventistas: Impactos na região do Juruá	Terra Indígena Poyanawa - Mâncio Lima, Acre	2011	Povos Indígenas do Vale do Juruá – Apolima-Arara, Ashaninka, Huni Kuin, Jaminawa, Jaminawa-Arara, Kuntanawa, Nawa, Noke Koi, Nukini, Puyanawa, Shanenawa, Yawanawá

¹ Todas as cartas citadas estão na íntegra em FORTUNATO, C.M.R.C (2018) disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/8334>

12	Manifesto Kayabi, Apiaká e Munduruku	Terra Indígena Kayabi - Mato Grosso	2011	Kayabi, Munduruku e Apiaká
13	Carta dos 4 rios	Itaituba, oeste do Pará	2010	Participantes do I Encontro dos Povos e Comunidades Atingidas e Ameaçadas por Grandes Projetos de Infraestrutura, nas bacias dos rios da Amazônia: Madeira, Tapajós, Teles Pires e Xingu
14	Carta final do abril indígena regional	Porto Velho, Rondônia	2013	Karitiana, Gavião, Arara, Zoró, Oro Mon, Oro Waram, Canoé, Mamaindê, Aikanã, Latundê, Sabanê, Puruborá, Sakirabiat, Wajuru, Cassupá, Guarassungwê e Kwazá
15	Carta dos povos indígenas de Tocantins, Pará e Amapá	Terra Indígena Apinajé Tocantinópolis, Tocantins	2012	Apinajé, Krahô, Kayapó, Xerente, Carajá Xambioá, Awá Canoeiro, Guajajara, Aikewara (Suruí), Atikum, Tembê, Munduruku, Juruna, Galibi Maworno, Karipuna,
16	Carta dos povos indígenas Ka'apor do Maranhão em solidarização à luta do povo mundurucu e outros povos indígenas contra Belo Monte	Terra Indígena Alto Turiaçu, Maranhão	2013	Ka'apor
17	Carta dos povos indígenas e quilombolas do Maranhão	Maranhão	2013	Krikati, Pykobjê-Gavião, Krenyê, Tenentehar/Gujajajara, Krepumkatejê

(Fonte: Própria, 2018)

Figura 4: Quadro das situações de conflito apresentadas nas cartas

CARTAS que apresentam situações de conflito	SITUAÇÃO DE CONFLITO	ATIVIDADE ECONÔMICA RELACIONADA
Carta 1	Invasão do Território Yanomami por garimpeiros	Extração de minérios
Carta 2, Carta 9	Construção da Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu	Produção de energia
Carta 4	Construção da Hidrelétrica do Cotingo	Produção de energia
Carta 5	Projetos de Infra-estrutura	Transportes e transmissão de energia
Carta 6	Planejamento de construção de unidades militares dentro dos territórios indígenas	Exército
Carta 8	Construção da hidrelétrica de Belo Monte, retirada de madeira ilegal, garimpo ilegal e desmatamento	Produção de energia, extração de madeira, extração de minérios e agropecuária
Carta 10	Construção das Hidrelétricas Teles Pires e São Manoel, desmatamento por pecuária ilegal, queimadas e contaminação dos rios por agrotóxicos da soja, madeireiros, estradas dentro dos territórios indígenas, pesca predatória	Produção de energia, agropecuária, agronegócio, extração de madeiras, malha rodoviária, pesca
Carta 11	Estradas dentro dos territórios indígenas, madeireiras ilegais, impactos de petroleiras	Malha rodoviária, extração de madeira, extração de petróleo
Carta 12	Construção das Hidrelétricas Teles Pires, São Manoel, Foz de Apiacas, Colíder e Chacorão	Produção de energia
Carta 14	Impactos das Hidrelétricas Jirau, Santo Antônio, Cascata, Ribeirão, Tabajara, BR 080 e BR421, projetos de hidrovias e ferrovias próximas ou dentro dos territórios indígenas	Produção de energia, malha rodoviária, hidroviária e ferroviária
Carta 15	Construção da Hidrelétrica de Belo Monte, Santa Isabel, Marabá, Serra Quebrada, São Luiz, Jamanxin e Jatobá, Contaminação por agrotóxico nos solos, águas e indígenas, Mineração dentro de território indígena	Geração de energia, Monocultura de eucalipto, cana e soja e extração de minérios
Carta 16	Invasão do território indígena por madeireiros, fazendeiros, caçadores	Extração de madeira, agronegócio, caça ilegal
Carta 17	Invasões por madeireiros, mineradoras, forças armadas e agronegócio	Extração de madeira, extração de minérios, segurança pública e monocultura

(Fonte: Própria, 2018)

Dentre as situações de conflito apresentadas nas cartas os “grandes projetos” são bastante significativos. A carta dos Yanomami do Brasil e da Venezuela (Carta 1) aponta o garimpo e a mineração enquanto principais ameaças aos seus territórios e vidas. “Exigimos que nos consultem sobre estes projetos e manifestamos que somos contra eles porque a mineração ameaça nossas vidas.” (CARTA ABERTA DOS YANOMAMI DA VENEZUELA E DO BRASIL ,2013)

A carta do Comitê Xingu Vivo (Carta 2) aponta a política brasileira enquanto genocida e denuncia as hidrelétricas, grandes empreiteiras, mineradoras e seus aliados enquanto destruidores das terras da Amazônia e dos povos indígenas do Brasil.

A falta de diálogo por parte dos governantes com os povos indígenas é levantada na carta dos povos indígenas do Rio Negro (Carta 3) enquanto estratégia política de imposição dos grandes projetos que afetam os territórios e povos indígenas. “Estamos preocupados com o ataque articulado em conjunto com autoridades importantes do governo federal que põem em risco a integridade das TIs e desvalorizam nossos povos e culturas” (CARTA AVANÇADA DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO,2013).

A construção da hidrelétrica do Cotingo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol é questionada em carta (Carta 4) por parte dos povos indígenas de Roraima, onde é ressaltado o descumprimento do governo federal com os direitos indígenas garantidos constitucionalmente em benefício da atuação dos grandes projetos hidrelétricos que afetam os territórios indígenas.

Em carta da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Carta 5) os projetos de infraestrutura nas áreas de transportes e geração de energia tais como estradas, ferrovias, hidrovias, portos, usinas hidrelétricas e linhas de transmissão são rechaçados por parte dos povos indígenas brasileiros pelo fato desses projetos desrespeitarem os direitos originários indígenas.

A violência e a criminalização contra as lideranças indígenas são repudiadas na carta dos povos indígenas de Roraima (Carta 6) assim como as propostas legislativas de mineração em território indígena, o garimpo ilegal, a construção de hidrelétricas, a sobreposição de terras indígenas/áreas de proteção ambiental e a construção de unidades militares no interior dos territórios indígenas.

A carta do Xingu Vivo Para Sempre (Carta 8) denuncia a inconstitucionalidade da construção da hidrelétrica de Belo Monte assim como a construção de outras

pequenas centrais hidrelétricas na bacia do rio Xingu. Também denunciam o desmatamento, a retirada de madeira ilegal e a grilagem de terras que afetam diretamente os territórios e modos de vidas indígenas.

O licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte é criticado em carta (Carta 9) de 212 lideranças dos povos indígenas Mebengôkre (Kayapó), Xavante, Yudjá (Juruna), Kawaiwete (kaiabi), KisêdjÇe (Suiá), Kamaiurá, Kuikuro, Ikpeng, Panará, Nafukua, Tapayuna, Yawalapiti, Waurá, Mehinaku e Trumai, habitantes da bacia do rio Xingu e das regiões circunvizinhas. A falta de diálogo e a não realização das consultas públicas para com os povos indígenas são exemplos do descompromisso do projeto desenvolvimentista em relação a vida dos povos indígenas do Xingu.

Em carta (Carta 10) realizada a partir do seminário “Gestão Territorial Indígena: experiências, resultados e desafios” são colocadas várias questões desafiadoras aos povos indígenas do Mato Grosso, Rondônia e Pará. O povo indígena Kayabi (MT/PA) manifesta sua negação à construção das hidrelétricas São Manoel e Teles Pires em troca da negociação da demarcação da Terra Indígena Kayabi. O povo indígena Manoki (MT) denuncia a ação de pecuaristas, pescadores, madeireiros e laboristas dentro de seu território. O povo indígena Xavante da Terra Indígena de Maraiwatsede (MT) denuncia o desmatamento, pecuária, plantações de soja, uso de agrotóxico, passagem da BR158, queimadas e envenenamento dos rios enquanto problemas que afetam diretamente seu território. O povo Myky (MT) denuncia a atuação de madeireiros em seu território. Os povos indígenas Sabanê, Manduca, Tawandê, Idalamarê (MT) denunciam os grandes fazendeiros e produtores de soja por contaminar os rios que abastecem seus territórios.

Na carta sobre os projetos desenvolvimentistas e seus impactos na região do Juruá-Acre (Carta 11) os povos indígenas em conjunto com as comunidades não indígenas se posicionam contra os projetos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) adotado pelo governo federal em 2011. Projetos como ampliação e construções de rodovias, implantação de fábricas de compensados, implantação de assentamentos em torno de terras indígenas, o mega projeto de infraestrutura IIRSA e projetos de prospecção de petróleo que impactam terras indígenas são colocados enquanto ameaças aos territórios indígenas visto que desrespeitam os direitos indígenas e ameaçam à vida.

Na Carta dos 4 rios (Carta 12) os povos indígenas, quilombolas, negros, mulheres, jovens de comunidades rurais e urbanas da Amazônia denunciam os grandes

projetos, sobretudo, as hidrelétricas nos rios Madeira, Tapajós, Teles Pires e Xingu, enquanto destruidores dos modos de vida dos povos originários e populações tradicionais em benefício de grandes grupos econômicos. Segue trecho da carta que denuncia as ameaças e consequências que os grandes projetos hidrelétricos representam para os modos de vida tradicionais da Amazônia:

As ameaças que vêm sofrendo as populações dos rios Madeira, Tapajós, Teles Pires e Xingu também são motivos de nossas preocupações, ocasionadas pelos falsos discursos de progresso, desenvolvimento, geração de emprego e melhoria da qualidade de vida, vendidos pelos governos e consórcios das empresas em uma clara demonstração do uso da demagogia em detrimento da informação verdadeira, negada em todo o processo de licenciamento e implantação dos empreendimentos, a exemplo do que vem ocorrendo no rio Madeira..(Participantes do I Encontro dos Povos e Comunidades Atingidas e Ameaçadas por Grandes Projetos de Infraestrutura,2010)

Os povos Kayabi, Apiaká e Munduruku manifestam em carta (Carta 13) o pedido de cancelamento definitivo das hidrelétricas Teles Pires, São Manoel, Foz de Apiacás e Chacorão tendo em vista sua inviabilidade social, ambiental e econômica. A falta de estudos sobre os impactos socioambientais dos projetos hidrelétricos que afetam os seus territórios assim como a falta de diálogo e o desrespeito ao direito de consulta e consentimento livre garantido pela Constituição Federal brasileira e acordos internacionais referentes aos direitos dos povos indígenas são pontos reivindicados por estes povos.

Os povos indígenas Karitiana, Gavião, Arara, Zoró, Oro Mon, Oro Waram, Canoé, Mamaindê, Aikanã, Latundê, Sabanê, Puruborá, Sakirabiat, Wajuru, Cassupá, Guarassungwê e Kwazá, oriundos de Rondônia e do noroeste do Mato Grosso, reunidos no “Abril Indígena” Regional em 2013 manifestam em carta (Carta 14) suas insatisfações acerca dos projetos hidrelétricos de Jirau, Santo Antônio, Tabajara e Ribeirão, das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ao longo da bacia do Rio Branco e dos empreendimentos de infraestrutura que formam a cadeia de escoamento dos grandes agropecuaristas.

Os povos indígenas Apinajé, Krahô, Kayapó, Xerente, Carajá Xambioá, Awá Canoeiro, Guajajara, Aikewara (Suruí), Atikum, Tembê, Munduruku, Juruna, Galibi Maworno, Karipuna, reunidos no 1º Encontro Macro – Regional dos Povos Indígenas

dos estados do Tocantins, Pará e Amapá no ano de 2012 repudiam através de uma carta (Carta 15) os projetos hidrelétricos de Santa Isabel no rio Araguaia, de Marabá e Serra Quebrada no rio Tocantins, de São Luís, Jamanxim, Jatobá e Belo Monte no Pará. O avanço sem fiscalização das monoculturas de eucalipto, cana de açúcar e soja nas proximidades e entornos dos territórios indígenas assim como os projetos de mineração dentro e nas proximidades desses territórios são colocados enquanto ameaças à vida dos povos indígenas e aos demais povos amazônicos.

A carta do povo Kaa'por do Maranhão em solidariedade aos povos Munduruku e outros povos indígenas contra Belo Monte (Carta 16) expressa o apoio do povo Kaa'por na luta contra a violência e o descaso frente aos direitos indígenas praticados pelos interesses hidrelétricos e denuncia a exploração madeireira dentro de seu território no Maranhão.

Os povos indígenas e quilombolas do Maranhão reunidos em novembro de 2013 no I Encontro de Indígenas e Quilombolas do Maranhão denunciam em carta (Carta 17) as constantes violações aos seus direitos, a perseguição das lideranças, o racismo e a discriminação dos seus modos de vida e culturas praticados pelos grandes projetos de agronegócio, madeireiras, mineradoras, ruralistas e das forças armadas.

As cartas se estruturam principalmente a partir de um repertório de demandas e insatisfações/repúdios que abrangem diversidades de assuntos relacionados ao reconhecimento e garantia dos territórios e modos de vida tradicionais indígenas. As principais demandas foram citadas no quadro a seguir a partir da porcentagem que determinada demanda/repúdio apareceu no universo das cartas selecionadas.

Figura 5: Quadro Demandas Indígenas

DEMANDAS INDÍGENAS	Porcentagem do total de Cartas Indígenas com essa demanda
<i>Fiscalização e proteção dos territórios indígenas</i>	58,8%
<i>Garantia dos direitos constitucionais e da Convenção 169 da OIT</i>	52,9%
<i>Condições institucionais de diálogo adequadas</i>	52,9%
<i>Demarcação rápida e completa dos territórios indígenas</i>	47,05%
<i>Saúde Indígena</i>	47,05%
Educação Indígena	35,2%
Participação democrática nas decisões e projetos realizados em territórios indígenas	35,2%
Desenvolvimento que valorize a diversidade e os conhecimentos dos povos indígenas	35,2%
Usufruto exclusivo do território	29,4%
Medidas efetivas contra garimpeiros, grileiros, madeireiros	29,4%
Telefones públicos e energia solar	23,5%
Recuperação das matas ciliares e áreas degradadas pela pecuária, extração de madeira e mineração	17,6%
Ações conjuntas binacionais nos territórios indígenas de fronteira	11,7%
Políticas públicas voltadas ao extrativismo e agricultura familiar agroecológica indígenas	11,7%
Reconhecimento e preservação dos sítios sagrados	11,7%
Assistência jurídica adequada para o acompanhamento das comunidades afetadas por projetos desenvolvimentistas	11,7%
Controle do lixo e tratamento de água e esgoto	5,8%
Garantia das formas tradicionais de mediação de conflitos internos	5,8%
Reconhecimento	5,8%
Valorização e participação das tradições culturais indígenas	5,8%
Transportes	5,8%
Reconhecimento e regulamentação da formação e atuação dos Agentes Ambientais Indígenas	5,8%

(Fonte: Própria, 2018)

Já as insatisfações expressam tudo aquilo que vai contra a existência dos povos indígenas, seus direitos territoriais adquiridos e seus modos de vida tradicionais. Os repúdios mais significativos são: violência contra os povos indígenas e impunidade jurídica dos atos criminais, construção de hidrelétricas no interior e nas proximidades dos territórios indígenas, implementação forçada de grandes projetos nos territórios indígenas, propostas legislativas contra os direitos indígenas adquiridos, política genocida liberal desenvolvimentista e desrespeito aos modos de vida tradicionais indígenas e suas formas de relação com a natureza.

Figura 6: Quadro Repúdios Indígenas

	Porcentagem do total de Cartas Indígenas com esse repúdio
Repúdios indígenas	
<i>Violência contra os indígenas e impunidade jurídica</i>	76,4%
<i>Construção de hidrelétricas nos rios pertencentes aos territórios indígenas</i>	64,7%
<i>Implementação forçada de grandes projetos em território indígena</i>	64,7%
<i>Propostas legislativas que contrariam os direitos indígenas</i>	58,8%
<i>Política Genocida liberal desenvolvimentista</i>	52,9%
<i>Desrespeito a visão de mundo indígena e a sua forma de relação com a natureza</i>	52,9%
Remoção forçada de sítios sagrados e territórios tradicionais	35,2%
Acusação do indígena enquanto empecilho ao desenvolvimento	29,4%
Exploração de minérios em terras indígenas	23,5%
Repasse de dinheiro público para empreiteiras financiadoras de campanhas políticas	23,5%
Modificações nos procedimentos de demarcação das terras indígenas	17,6%
Construção de unidades militares em território indígena	17,6%
Criminalização das lideranças indígenas	17,6%
Confinamento territorial	17,6%
Extermínio dos povos indígenas isolados	11,7%
Sobreposição de unidades de conservação e territórios indígenas	5,8%
Partidos políticos contrários aos direitos indígenas	5,8%

(Fonte: Própria, 2018)

O panorama de ameaças e conflitos contra os povos indígenas denunciado nas cartas apresentado revela que, em nome do “progresso” e do “desenvolvimento”, a sociedade hegemônica legitima a expansão capitalista que mercantiliza a natureza e nega política, econômica, jurídica, social e simbolicamente todas as formas de existência que não se estruturam a partir de relações de consumo, ou seja, que são emancipatórias.

As Cartas Indígenas: territorialidades em r-existência

A América Latina é marcada por um histórico de colonização onde os setores sociais subalternizados resistiram a partir de múltiplas estratégias de sobrevivência. Apesar do longo passado histórico de lutas, atualmente a emergência e visibilidade

dessas territorialidades e territórios em resistência nos permitem identificar um novo padrão de conflitividade das lutas sociais.

Segundo Porto Gonçalves (2012) os povos e racionalidades subalternizadas que resistiram a dominação cultural e à colonialidade, mais do que resistência, são r-existência, representam uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que reage a partir de um lugar próprio tanto geográfico quanto epistêmico.

A questão agrária emerge hoje, não só em suas dimensões social e política, mas também epistêmica, impulsionada por movimentos que explicitam suas reivindicações territoriais, sejam eles afrodescendentes, indígenas e povos originários, além de outros como os seringueiros, geraiszeiros, retireiros, faxinalenses. (PORTO GONÇALVEZ, 2012, p.53)

Sob a ótica de Porto Gonçalves (2012) pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura. Nesse contexto, as cartas indígenas representam um rico campo de investigação das lutas dos povos indígenas da Amazônia contra o avanço da racionalidade hegemônica capitalista sob seus territórios a partir dos grandes projetos desenvolvimentistas e de todo um aparato político, econômico, cultural e simbólico que o sustenta e reproduz. A partir das cartas são expressas além das demandas e insatisfações dos povos indígenas, as suas múltiplas culturas e formas de articulação de luta e apoio.

As Cartas e as articulações de lutas

A partir das cartas indígenas selecionadas evidenciam-se diferentes maneiras nas quais os povos indígenas estão se articulando, sobretudo, como expressam suas especificidades nos discursos públicos e como marcam suas diferenças na luta pelo reconhecimento e garantia de seus direitos, territórios e territorialidades. Dentre os modos de articulação de luta dos povos indígenas destacamos: cartas em solidariedade a outros povos, cartas articuladas com outros movimentos sociais, cartas que apresentam uma situação específica e cartas em articulações regionais. As cartas não contêm necessariamente apenas um modo de articulação, têm cartas que apresentam concomitantes modos de articulação.

As Cartas e as territorialidades indígenas

As cartas representam um meio no qual os povos indígenas expressam suas demandas por reconhecimento e efetivação de seus direitos básicos de existência. As lutas dos povos indígenas da Amazônia se contextualizam a partir de concepções do espaço vivido, que é múltiplo e plural. Os elementos definidores de territorialidades presentes nas cartas representam esses espaços vividos e tudo que o constitui simbolicamente. Dessa forma, os elementos definidores de territorialidades presentes nas cartas estão sendo compreendidos enquanto marcos de legitimação e apropriação material e simbólica dos recursos territoriais.

Um elemento definidor de territorialidade comum nas cartas é a menção à sustentabilidade e às formas de se relacionar com a natureza presentes nos múltiplos modos de vidas indígenas. A referência à Mãe Natureza constante nas cartas demonstra uma outra forma de relação onde a natureza é percebida a partir de uma imagem feminina e maternal que provém e nutre em contrapartida de uma natureza enquanto recurso material imaginada pelos atores hegemônicos que estão por trás dos grandes projetos desenvolvimentistas.

Em trecho da “Carta Pública dos Povos Indígenas do Brasil à Presidenta Dilma Rousseff” (Carta 5) escrita pela APIB (Associação dos Povos Indígenas do Brasil) em 2013 identificamos a significação feminina da natureza atrelada a uma sustentabilidade ancestral presente nos modos de vida e na relação com os recursos naturais enquanto elementos discursivos para exigir determinados direitos e deveres do Estado.

7. Reivindicamos também do Governo Brasileiro políticas públicas específicas, efetivas e de qualidade, dignas dos nossos povos que desde tempos imemoriais exercem papel estratégico na proteção da Mãe Natureza, na contenção do desmatamento, na preservação das florestas e da biodiversidade, e outras tantas riquezas que abrigam os territórios indígenas. (CARTA PÚBLICA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL À PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF, 2013)

A menção à natureza enquanto essencial para a manutenção da cultura indígena também é um elemento definidor de territorialidade presente nas cartas. Em trecho da “Carta dos Povos Indígenas” (Carta 10) na parte relativa a Terra Indígena Maraiwatsede a relação entre natureza e cultura dentro da cosmologia indígena fica evidente:

Velhos e crianças morreram dentro de Maraiwatsede por culpa dos fazendeiros que plantaram soja venenosa. Nós vamos continuar lutando pelas terras de Maraiwatsede. Nós vamos recuperar a área, replantar em Maraiwatsede. Temos que recuperar as plantas para fazermos nossos remédios tradicionais. (CARTA DOS POVOS INDÍGENAS, 2011)

Na Carta “Projetos Desenvolventistas: Impactos na Região do Juruá” (Carta 11) a relação entre natureza e cultura também é uma expressão da territorialidade dos povos indígenas dessa região:

Como povos indígenas tradicionais que habitam diversas Terras Indígenas têm conhecimento sobre o uso sustentável destas nossas riquezas naturais, principalmente da medicina e rituais tradicionais. Estes conhecimentos são coletivos e, não se separam de nossas identidades, leis, instituições, sistemas de valores e da nossa visão cosmológica como povos indígenas. (CARTA DO I SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO, “PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS: IMPACTOS NA REGIÃO DO JURUÁ”, 2011)

Na Carta 10 há também um fator definidor de territorialidades que é a menção aos locais sagrados e sua importância enquanto elemento simbólico de significação territorial. “Queremos também a ampliação da Terra Indígena Pirineus de Souza, para incluir a caverna do morcego, que é um local sagrado para o nosso povo. Estamos lutando para que esta área seja demarcada.” (CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2011)

Na Carta “Manifesto Kayabi, Apiaká e Munduruku Contra os Aproveitamentos Hidrelétricos no Rio Teles Pires” (Carta 12) a territorialidade firmada na memória e na ancestralidade a partir dos locais sagrados também é expressa:

Assim, concluímos que governo federal quer construir, o mais rápido possível e qualquer jeito, uma grande quantidade de hidrelétricas nos rios Teles Pires, Apiacás e Tapajós, atropelando a Constituição, as leis e acordos internacionais sobre os direitos indígenas. Dessa forma, o governo quer acabar com nossos rios, que são a fonte de nossa vida. Quer acabar com nossos peixes, que alimentam nossas crianças. Quer apagar a nossa memória e desrespeitar nossos antepassados e lugares sagrados. Como vamos abrir mão de nossos direitos, de nossos lugares sagrados, como a Cachoeira das Sete Quedas, o Morro do Jabuti e o Morro do Macaco? O que diria o homem branco se nos construíssemos nossas aldeias em cima de suas propriedades, de seus santuários e cemitérios? (MANIFESTO KAYABI, APIAKÁ E MUNDURUKU CONTRA OS APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS NO RIO TELES PIRES, 2011)

A importância da cultura tradicional enquanto elemento unificador e fortalecedor de laços e lutas, também é um elemento definidor de territorialidades expresso nas cartas, o qual é exposto na Carta dos Povos Indígenas e Quilombolas do Maranhão (Carta 17):

Com nossa cantoria e o toque do tambor, no gingado da nossa dança reafirmamos nossa identidade quilombola. Com nossos maracás e nossos pés batendo forte no chão anunciamos que somos povos indígenas desta terra e é nosso esse chão. Trocamos experiências de resistência; compartilhamos nossa dor pela constante discriminação que sofremos pela sociedade, pela violência e criminalização de nossos movimentos e prosseguimento do genocídio de nossos povos. (CARTA DOS POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS DO MARANHÃO, 2013)

As múltiplas territorialidades presentes nas cartas foram expressas a partir de menções ao território, demarcações territoriais, menções à floresta, às matas, aos sítios sagrados, às manifestações culturais, às formas de se relacionar com a natureza, às cosmologias... Enfim, por uma diversidade de elementos objetivos e subjetivos que contribuem aos processos de formação das identidades territoriais indígenas.

As territorialidades em resistência identificadas nas cartas a partir dos elementos definidores de territorialidades citados e exemplificados revelam os posicionamentos indígenas dentro dos conflitos socioambientais ao passo em que afirmam suas identidades e marcam suas diferenças na luta por reconhecimento e aplicabilidade de seus direitos garantidos constitucionalmente.

As Cartas e os discursos de enfrentamento

Dentro do campo dos conflitos socioambientais da Amazônia a luta dos povos indígenas se dá não só por reconhecimento e garantia de direitos, mas também pela afirmação de outras formas de vida e de compreensão da natureza. A necessidade de expressão da diferença é marcante no discurso indígena presente nas cartas. Apontar e marcar as diferenças são formas de afirmar outras cosmologias, outras vivências, outra compreensão de desenvolvimento e outras expectativas de futuro. A afirmação da diferença parte tanto da autoafirmação do que se é ou o que se faz como a partir da negação do que o outro é ou faz. A seguir exemplificaremos alguns marcadores usados para diferenciar os indígenas dos grandes projetos que os atingem.

Na carta do Comitê Xingu Vivo (Carta 2) a necessidade de diferenciação aparece na exposição inicial da identidade do coletivo:

Nós, que formamos o Comitê Xingu Vivo, fórum constituído por mais de 50 organizações, somos militantes sociais que enfrentam o modelo liberal-desenvolvimentista do governo Dilma, governo que tem atuado com uma política genocida, destruindo os povos indígenas do Brasil.[...]

Por tudo isso denunciemos o governo brasileiro, grandes empreiteiras, mineradoras e seus aliados, como os verdadeiros destruidores das terras da Amazônia e dos povos indígenas do Brasil. (CARTA DO COMITÊ XINGU VIVO AOS PARTICIPANTES DA V CONFERÊNCIA DISTRITAL DE SAÚDE INDÍGENA DO DSEI GUATOC, 2013)

A Carta dos Povos Indígenas do Brasil para a Presidenta da República Dilma Rousseff (Carta 5) também se inicia com a apresentação do coletivo demarcando suas trajetórias e diferenças:

Nós lideranças indígenas de distintos povos e organizações indígenas das diferentes regiões do Brasil, reunidos nesta histórica ocasião com a vossa excelência no Palácio de Governo, mesmo em número reduzido, mas o suficientemente informados e profundamente conhecedores, mais do que ninguém, dos problemas, sofrimentos, necessidades e aspirações dos nossos povos e comunidades, viemos por este meio manifestar, depois de tão longa espera, as seguintes considerações e reivindicações, que esperamos sejam atendidas pelo seu governo como início da superação da dívida social do Estado brasileiro para conosco, após séculos de interminável colonização, marcados por políticas e práticas de violência, extermínio, esbulho, racismo, preconceitos e discriminações.(CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL PARA A PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSE, 2013)

Na Carta Avançada dos Povos Indígenas do Rio Negro (Carta 3) a diferenciação aparece através da denúncia dos partidos que mais atacam os direitos indígenas e na acusação do Estado enquanto portador de uma dívida histórica para com os Povos Indígenas do Rio Negro:

Para mais uma vez registrar nossa reivindicação de discutir com o governo, lembramos que no Rio Negro vivemos diretamente os produtos e resultados de sucessivas gerações de exploradores que passaram por aqui. Que muito estragaram e pouco semearam. Há uma dívida histórica para a qual exigimos reparação. Desde a invasão dos europeus não há diálogo do Estado com os povos indígenas e para nós esse diálogo é impreterível.

A questão da dívida histórica do Estado também é levantada na Carta dos 4 Rios (Carta 13):

Historicamente no Brasil todos os grandes projetos de infraestrutura sempre trouxeram destruição e morte aos modos de vida dos seus povos originários e populações tradicionais em benefício de grandes grupos econômicos. A construção de hidrelétricas como a de Tucuruí, no Pará, Samuel em Rondônia, Estreito no Tocantins e Balbina no Amazonas são exemplos claros dos males que esse modelo de desenvolvimento produz.

Na Carta do Comitê Xingu Vivo Para Sempre (Carta 8) os povos e comunidades tradicionais marcam suas diferenças a partir da afirmação de suas formas de vida e relação com a natureza em repúdio ao modelo de desenvolvimento promovido a partir dos grandes projetos em especial à construção da hidrelétrica de Belo Monte:

Nós, que mantivemos protegidas as florestas e seus recursos naturais em nossos territórios, em meio à destruição que tem sangrado a Amazônia, nos sentimos afrontados em nossa dignidade e desrespeitados em nossos direitos fundamentais com a projeção, por parte do Estado Brasileiro e de grupos privados, da construção de barragens no Xingu e em seus afluentes, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte. Em nenhum momento nos perguntaram o que queríamos para o nosso futuro. Em nenhum momento nos ouviram sobre a construção de hidrelétricas. Nem mesmo os povos indígenas, que têm esse direito garantido em lei, foram consultados. Mesmo assim, Belo Monte vem sendo apresentada pelo governo como fato consumado, embora sua viabilidade seja questionada. (CARTA DO COMITÊ XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2008)

O modelo de desenvolvimento irresponsável defendido pelo projeto de licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte também é contestado pelos povos indígenas do Xingu na Carta dos Povos Indígenas ao Presidente Lula (Carta 9):

Nós nunca impedimos o desenvolvimento sustentável do homem branco, mas não aceitamos que o governo toma uma decisão de tamanha irresponsabilidade e que trará consequências irreversíveis para esta região e nossos povos, desrespeitando profundamente os habitantes ancestrais deste rio e o modelo de desenvolvimento que defendemos. (CARTA DOS POVOS INDÍGENAS AO PRESIDENTE LULA, 2009)

O modelo de desenvolvimento econômico pleiteado pelos grandes projetos hidrelétricos também é contestado no Manifesto Kayabi, Apiaká e Munduruku: Contra os Aproveitamentos Hidrelétricos no Rio Teles Pires (Carta 12):

Se destruímos nossos rios, como vai ficar a vida de nossos filhos e nossos netos, e das gerações futuras? Que desenvolvimento é esse que destrói as nossas riquezas naturais, explora o nosso povo e alimenta a ilusão de um modelo de crescimento econômico que vai acabar gerando mais pobreza e desigualdade social?

Na Carta Projetos Desenvolvimentistas: Impactos na Região do Juruá (Carta 11) os elementos de diferenciação são apresentados a partir da afirmação dos povos indígenas enquanto cidadãos, contribuidores econômicos e culturais e defensores da floresta e dos animais em contrapartida do Estado e da sociedade hegemônica enquanto agentes dominadores:

Nós Povos Indígenas ao longo do processo de contato com a sociedade temos sido pacíficos, propositivos, inclusivos, e contribuidores determinadamente não só com a diversidade cultural, mas também econômico, social e em especial para o desenvolvimento humano e na defesa da floresta, da fauna e da flora. Como prova desse conjunto de ações estão as iniciativas sobre temas indígenas em diferentes instâncias governamentais e da sociedade em níveis comunitários, municipais, estaduais, nacional e internacional. Porém, essas ações não têm contribuído ao que se espera para o exercício de nossos valores, princípios e sistemas de cada povo indígena, visto que a pressão da aculturação tem efeito devastador. Somado a isso, os sistemas previdenciários e os interesses políticos vigentes nos conduzem a um abismo sem retorno e, a nossa inclusão a “cidadania” é baseada em assistencialismos e dominação. (CARTA DO I SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO: PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS: IMPACTOS NA REGIÃO DO JURUÁ, 2011)

Os Grandes Projetos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) são questionados na Carta Final do Abril Indígena Regional – Rondônia e Noroeste do Mato Grosso a partir da problematização da ideia de progresso vinculada a esses projetos e as suas consequências devastadoras para os povos indígenas dessas regiões:

Todos os grandes empreendimentos em execução e os previstos para esta região atingem de uma ou outra forma nossos territórios indígenas. Esse modelo de desenvolvimento adotado pelo atual governo não respeita as populações tradicionais e o meio ambiente. Estamos vendo nossas terras ou o seu entorno sendo invadidos por PCHs, hidrelétricas, estradas. Nossos direitos constitucionais não

estão sendo respeitados, em nome de um suposto progresso que só beneficia grandes grupos econômicos, que atentam contra a nossa integridade física e cultural e afetam nossa dignidade humana. (CARTA FINAL DO ABRIL INDÍGENA REGIONAL RONDÔNIA E NOROESTE DO MATO GROSSO, 2013)

Na Carta dos Povos Indígenas e Quilombolas do Maranhão (Carta 17) a acusação do Estado e das instituições privadas vinculadas aos projetos desenvolvimentistas enquanto agentes fragmentadores dos direitos e territórios indígenas aparece como discurso das diferenças entre os povos indígenas e a sociedade hegemônica capitalista:

Nós, lideranças indígenas e quilombolas denunciemos as constantes invasões de madeireiros e os ataques de ruralistas, mineradoras, de forças armadas e do agronegócio que querem tomar e mercantilizar nossos territórios. Repudiamos a constante tentativa de cooptação de lideranças de nossos movimentos através de políticas compensatórias ilusórias e da sedução do dinheiro e do poder que dividem e trazem conflitos enfraquecendo a resistência. (CARTA DOS POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS DO MARANHÃO, 2013)

A partir dos trechos presentes nas cartas indígenas destacadas a necessidade de diferenciação aparece através de marcadores que se baseiam na colocação de acusações e denúncias e na afirmação de identidades. As acusações e denúncias são expressas a partir do Estado enquanto genocida, destruidor das florestas e dos povos indígenas brasileiros, portador de uma dívida histórica de intermináveis séculos de colonização que se mantém até hoje através de políticas públicas baseadas em assistencialismos e dominação, descumprimento dos direitos constitucionais indígenas que estão sendo desrespeitados para atender interesses de um suposto progresso que legitima um modelo de crescimento econômico que só vai gerar mais pobreza e desigualdade social.

A afirmação de identidades aparece a partir da colocação dos povos indígenas enquanto militantes sociais que enfrentam o modelo liberal-desenvolvimentista, profundamente conhecedores dos problemas, sofrimentos e necessidades que este modelo de desenvolvimento tem como consequência para os povos e comunidades tradicionais, protetores das florestas e dos animais e contribuidores econômicos e culturais. Do exposto, a expressão das diferenças afirma as identidades indígenas, marcam suas territorialidades e pleiteiam suas cosmologias e expectativas futuras.

Considerações Finais

A partir das trajetórias, processos e organizações de luta dos povos indígenas da Amazônia em situação de conflitos expressas nas cartas selecionadas entre 2007-2013 é possível compreender o deslocamento de eixo dos conflitos da terra ao território inserido num contexto de diversificação étnica das territorialidades em resistência. As cartas expressam o posicionamento dos povos indígenas enquanto sujeitos de direitos que lutam pelo reconhecimento e garantia de seus territórios, pelas condições básicas de sobrevivência, por políticas públicas efetivas e disputam por outras concepções de desenvolvimento econômico e humano.

A realização de pesquisas sobre a temática indígena na Amazônia nos parece mais do que necessária, tendo em vista, as múltiplas manobras do governo atual, em conjunto com setores privados, de fragilização e deslegitimação dos direitos indígenas já conquistados, intensificando o desmonte do aparato público de assistência aos povos indígenas e incentivando a violação de seus territórios. Acreditamos que a pesquisa pode contribuir, a partir da sistematização das agendas, demandas e problemáticas colocadas pelos povos indígenas através das cartas, aos campos da Geografia Agrária, Política, Regional e Cultural. Os repertórios de lutas e resistências indígenas servem como paradigma para compreender a questão agrária da Amazônia, que por sua vez, serve como paradigma para compreender as políticas de desenvolvimento brasileiras, que por sua vez, é paradigmática na compreensão do papel de agroexportador que o Brasil ocupa na geopolítica mundial.

A investigação proposta para este trabalho parte do questionamento do modo pelo qual a resignificação das lutas sociais indígenas pelos direitos territoriais na Amazônia está inserida num processo de desnaturalização da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza (CASTRO-GOMÉZ, 2005) expresso a partir da concepção política, ética e epistêmica do “giro descolonial” que contesta o sistema-mundo capitalista na produção de um único referencial de desenvolvimento baseado nas diretrizes políticas, econômicas, culturais e simbólicas dos atores hegemônicos globais (CRUZ, V. C.; DE OLIVEIRA, D. A., 2017).

Ao estudar a questão indígena a partir de suas próprias vozes, mesmo que sejam vozes sistemáticas formalizadas através das cartas, tentamos contribuir com os

processos de descolonização do debate geográfico. Buscamos contribuir ao campo da Geografia através do debate acerca da estrutura colonialista que está intrínseca à formação socioespacial brasileira (SANTOS, 1982) e a noção hegemônica de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Capítulo VIII. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal

CASTRO-GOMÉZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In LANGER, E(org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales,2005.

CENSO IBGE 2010.Resultados. Disponível em:< <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 jul. 2016. CONFLITOS NO CAMPO-BRASIL 2013.Goiânia:Comissão Pastoral da Terra -CPT Nacional-Brasil, 2013.198 pg.

CRUZ, V. C; DE OLIVEIRA, D. A. (org.). Geografia e giro descolonial: experiências, ideia/s e horizontes de renovação do pensamento crítico.1a ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

FORTUNATO, C. M. R. C. As lutas indígenas pelo direito à terra e pelo território na Amazônia: uma análise a partir das cartas públicas dos povos indígenas em situação de conflito. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em:
<<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil.>>Acesso em: 15 jul.2019.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. UNB: N° 322 (Digital), 2003.

MALHEIRO, B. Territórios e Saberes em disputa: por uma epistemologia da fronteira. In: TROCATE, C. (Org). Iguana: reflexão amazônica.1 ed. Marabá: Editorial Iguana,2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.Brasilia: OIT, 2011 1 v. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf> Acesso em: 12 ago. 2019.

PORTO-GONÇALVEZ, C.W. A Reinvenção dos territórios na América Latina/Aby Yala.In:CECEÑA, A.E. Los Desafios de las emancipaciones em um contexto militarizado. Buenos Aires:CLACSO.2012, p.151-197

RAISG- Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. Mapa de pressões e ameaças sobre as Áreas Protegidas e Territórios Indígenas da Amazônia.[S.I]:2018.Vários mapas, color. Escala 1:4.600.000. Disponível em:

<https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/publicacao/pressoes-e-ameacas-sobre-as-areas-protetidas-e-territorios-indigenas-da-amazonia-2/>. Acesso em: 18 set. 2019

_____. Mapa das Áreas Protegidas e Territórios Indígenas.[S.I]:2019.Vários mapas, color. Escala 1:5.000.000. Disponível em:<https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/publicacao/amazonia-2019-areas-protetidas-e-territorios-indigenas/>. Acesso em: 18 de set. 2019.

SANTOS, M. Espaço e sociedade: Ensaio. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p

SVAMPA, M. «Consensus de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. Nueva Sociedad, no 244, p.30-46, 2013